



MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO

QUADRIÉNIO 2021/2025

Ata da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2024

Ata da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2024

----- Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a terceira sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e quatro da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto-Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro; ----**
- 2. Análise e votação da proposta da Suspensão Parcial do PDM e estabelecimento de medidas preventivas para o Lugar do Assento, Freguesia de Valdosende; -----**
- 3. Análise e votação da terceira revisão aos documentos previsionais de 2024;-----**
- 4. Análise e votação da autorização de contratação de empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de € 1.950.000,00; -----**
- 5. Análise e votação do Regulamento de Utilização, Funcionamento e Cedência do Auditório Dr. Emídio Ribeiro;-----**
- 6. Voto de Pesar – Abílio António Pereira Gonçalves de Brito.-----**

----- Assumiu a presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, senhor Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e a senhora Elisa Antunes o lugar de segunda secretária. -----

----- Esteve presente nesta reunião a representar a Câmara Municipal para intervir, prestar informações e esclarecimentos, o senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo. Esteve igualmente presente a senhora Vereadora Isménia Loureiro. -----

----- Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e oito, tendo-se verificado a ausência do senhor deputado Guilherme Alves. -----

----- Comprovada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, começando o senhor Primeiro Secretário por dar conhecimento da falta justificada do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta que foi substituído pelo senhor Bruno Freitas, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Moimenta. nos termos da Lei. O senhor deputado Orlando Miguel Teixeira compareceu à sessão em substituição do senhor deputado Pedro Carvalho. O senhor deputado Guilherme Alves não compareceu à sessão e não foi alvo de substituição. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior. O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura efetiva da mesma aos membros da assembleia municipal, sendo esta aprovada por unanimidade. Logo depois e como não foi solicitada a palavra ou qualquer reparo sobre a mesma, esta foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

----- Ainda neste período e a pedido do senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à assembleia municipal a anuência para inclusão de um novo ponto da ordem de trabalhos, face à sua especificidade e enquadramento legal, no caso, um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Francisco José Fernandes e Cunha. Sobre o mesmo pedido nada foi referido na sala, ao que colocada a adição de imediato à votação para a sua inclusão, foi aprovada por unanimidade, passando assim a constar como o sétimo ponto da ordem de trabalhos. ----

----- Seguidamente, teve início o período de antes da ordem do dia. -----

----- Nesta fase da sessão solicitou então a palavra a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira que, depois de cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção nos moldes que, de seguida, se transcrevem: -----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

Exmos. Chefes de Divisão-----

Exmos. Membros da Assembleia Municipal, caros colegas e demais elementos aqui presentes-----

Boa noite! -----

A rede de saneamento é essencial por diversas razões, entre as quais a saúde pública, proteção dos recursos hídricos e o meio ambiente. Essencialmente, uma rede de saneamento é promotora da qualidade de vida de todos nós! Desde que estou na Junta de Freguesia de Carvalheira, que tem sido um dos nossos objetivos, alargar a rede de cobertura de saneamento na freguesia precisamente para garantir estes pressupostos. Aliás, esta ambição por parte população é já bem anterior... Bem sei, que face à configuração geográfica do nosso concelho, não surgem respostas fáceis para solucionar este problema que é promotor do bem estar de todos, no entanto, passado este período de tempo, estou em condições de afirmar que na minha freguesia, o processo apesar de não estar concluído, está no bom caminho. Felicito o executivo municipal, na pessoa do senhor presidente, pelo inexcelável empenho na intervenção que tem sido feita, não só em Carvalheira como também no resto do concelho, tanto a este nível, como em outros, tem havido um progresso significativo!-----

Gostaria ainda de frisar uma intervenção que considero de suma importância na sinalização na estrada nacional e nos limites da freguesia de Carvalheira com o Campo do Gerês, com a colocação de uma réplica do monumento, com indicação do Monumento do Bom Jesus das Mós. Este é, a par de outros pontos de interesse, um dos ex-libris do nosso concelho, não só pela obra, mas também pelo que simboliza e que já merecia este destaque de sinalização. -----

Relativamente à atividade do município, que tem sido muita e ativa, gostaria de frisar a Abertura da Época termal no Gerês, que é um evento que tem vindo a assumir cada vez mais relevância na dinamização turística e económica, não descurando um dos focos diferenciadores do Gerês, o turismo termal e a promoção de saúde.-----Outra atividade que no meu entendimento merece destaque, nesta assembleia foi a 2ª Assembleia Municipal de Crianças e Jovens, que se realizou no dia 23 de maio, numa parceria entre o Agrupamento de Escolas e o Município. Esta atividade pretende estimular nos jovens do concelho, o desenvolvimento de uma cidadania ativa, consciente, crítica e participativa. Incentivar as crianças e jovens para argumentar, e julgar de forma consciente e responsável as políticas locais e as necessidades infantojuvenis. Em contexto de sala de aula, com os respetivos professores coordenadores de cada turma, foram debatidos os assuntos que os alunos pretendiam apresentar/questionar na AM, alusivos aos grandes temas por eles escolhidos: i) A Saúde Mental dos Jovens e ii) Ser Jovem em Terras de Bouro. Esta atividade foi avaliada muito positivamente pelos participantes, temos e queremos crianças e jovens críticos e interventivos, e julgo que as suas propostas e reivindicações foram assertivas. Estas crianças e jovens serão os futuros membros desta assembleia!-----

Ainda no que diz respeito ao nosso futuro, porque de facto as crianças são a viabilidade deste concelho, quero destacar, outro evento de reconhecida importância, que foi a Cerimónia de Entrega dos Diplomas de Mérito escolar, onde foram entregues 106 diplomas de valor e mérito pelo Agrupamento, e 106 cheques, no valor de 100 euros, entregues pelo Município, aos alunos que tiveram uma média de 4.5, do 2º ciclo ao 3º ciclo e aos do ensino secundário que tiveram média de 16 ou superior. Estes diplomas são referentes ao ano letivo 2022/2023, num universo de 352 alunos do 2º ciclo ao ensino secundário corresponde uma percentagem de 30.1%. É um facto que este agrupamento de escolas, é um agrupamento excelente! Fruto do trabalho e empenho de quem diariamente ensina com amor às nossas crianças. Estão de parabéns os alunos, pelo esforço e dedicação, os pais pelo apoio essencial e determinante no sucesso dos filhos, e os professores do AETB e a direção, pela nobre missão que cumprem nos desafios diários que enfrentam! Com a mudança da direção esperamos que o bom

desempenho continue. -----

----- Fim da transcrição da intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira. -----

----- Posteriormente usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal que, depois de agradecer a presença de todos, agradeceu também a inclusão do novo ponto na ordem de trabalhos, dado o seu teor, informou os presentes sobre o pedido de visita de um grupo de arquitetos às centrais hidroelétricas do concelho e de como isso é responsabilidade da EDP e ainda sobre um pedido da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso para que esta assembleia se pronuncie sobre a situação da BRAVAL, o Senhor Presidente afirmou que efetuou um contacto com o Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso sobre esta matéria, ficando esclarecido que se prende com a necessidade de mais investimento na estrutura e uma eventual nova localização para o aterro sanitário. O Senhor Presidente disse também que sobre o eventual alargamento, essa situação passará sempre pelos concelhos de Braga ou da Póvoa de Lanhoso, por razões geográficas e também porque a grande maioria dos funcionários são precisamente destes dois concelhos. Quanto às restantes questões, e até por razões históricas da fundação da BRAVAL, deveremos aguardar por mais informações para se tomar uma posição oficial. -----

----- Relativamente à intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira, o Senhor Presidente registou e agradeceu a mesma, frisando que sobre o saneamento e a água todo o concelho está permanentemente a ser alvo de uma avaliação em conjunto com os presidentes de junta de freguesia para se resolverem os problemas e necessidades que, entretanto, surgem. A referência aos “modelos instalados” no cruzamento para Carvalheira, nomeadamente a réplica do Monumento do Bom Jesus das Mós é também de louvar e no que diz respeito ao sucesso da abertura da época termal, confirmou-se a boa escolha pela data e pelas condições meteorológicas, culminando com um bem sucedido programa cultural e social. Relativamente à realização da Assembleia Municipal Jovem, tratou-se de uma excelente oportunidade para interagir com os nossos jovens e com a comunidade escolar, onde as questões e as situações foram muito bem apresentadas e devidamente esclarecidas. Quanto ao apoio na Educação, é um orgulho, sublinhou o Senhor Presidente! Os resultados obtidos e os números falam por si, temos boas condições, bons professores e com o apoio familiar, que é fundamental, conseguimos todos atingir os objetivos que são muito importantes para o futuro dos nossos jovens, ressaltou o Senhor Presidente. Ainda neste âmbito, o Senhor Presidente deixou o convite e apelou à participação na cerimónia do próximo dia 26 de julho que se destina a premiar os alunos do ensino superior. Temos, realmente, muitos alunos no ensino superior, dada a dimensão do concelho, esta é também uma das

“conquistas de Abril”, a igualdade de oportunidades e circunstâncias para todos, frisou também o Senhor Presidente. -----

---- Sem intervenções requeridas de seguida pelo público presente, a sessão entrou logo depois na ordem de trabalhos da qual constaram os seguintes pontos, já com a alteração aprovada na sessão de hoje:-----

- 1. Apreciação da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto-Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro; ----**
- 2. Análise e votação da proposta da Suspensão Parcial do PDM e estabelecimento de medidas preventivas para o Lugar do Assento, Freguesia de Valdosende; -----**
- 3. Análise e votação da terceira revisão aos documentos previsionais de 2024;-----**
- 4. Análise e votação da autorização de contratação de empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de € 1.950.000,00; -----**
- 5. Análise e votação do Regulamento de Utilização, Funcionamento e Cedência do Auditório Dr. Emídio Ribeiro; -----**
- 6. Voto de Pesar – Abílio António Pereira Gonçalves de Brito; -----**
- 7. Voto de Pesar - Francisco José Fernandes e Cunha. -----**

---- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que iniciou a sua intervenção com a informação do funcionamento para breve das portagens na Mata da Albergaria, com pessoas de Terras de Bouro, geridas pela ADERE e pelo ICNF, sendo que, as verbas arrecadadas são para investir em vários locais do nosso território. Aludiu também aos programas “Vigilantes da Floresta” e “Gerês Seguro”, uma vez mais no terreno com o apoio do município, fundamentais que são nesta época do ano. A Vila do Gerês acolheu, a 25 de maio, uma reunião de trabalho, onde o Presidente da Câmara Municipal, apresentou aos Ministros da Agricultura e Pescas, José Manuel Fernandes e da Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, uma serie de dificuldades e preocupações que condicionam, claramente, a implementação de projetos inovadores no nosso território, assim como o seu próprio desenvolvimento, informou também. Uma reunião realizada sobre a instalação das antenas de telecomunicações em Leonte e de como tal terá que passar por um entendimento entre Portugal e Espanha mereceu também a comunicação do Senhor Presidente à assembleia municipal e relativamente à revisão do PDM, falta apenas um parecer da APA(Agência Portuguesa do Ambiente) para concluir o processo. O Senhor Presidente referiu-se também ao POAC (Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada) e de como existem condicionantes para a implementação da ETAR do

Cávado. Neste âmbito, a Câmara Municipal de Terras de Bouro apresentou junto da empresa Águas do Norte uma proposta que será complementada com um estudo prévio junto também da APA (Agência Portuguesa do Ambiente). Com esta última entidade, continuou o Senhor Presidente, temos também encontros marcados para regular a utilização dos espelhos de água das albufeiras do concelho. O Senhor Presidente informou também sobre: uma visita do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, Dr. Hernâni Dias, a Terras de Bouro no próximo dia 9 de julho; a alteração da Lei do Financiamento das Autarquias Locais; nomeadamente, junto das juntas de freguesia e de como há situações importantes a rever, pois não existe ainda com estas verbas uma verdadeira coesão territorial, frisando que é preciso criar oportunidades iguais para todos. A 10 de julho teremos ainda a visita ao território do Diretor do ICNF e a 22 de julho a presença do Secretário de Estado do Turismo, avançou o Senhor Presidente. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente prestou ainda informações sobre os seguintes temas e atividades: Alargamento do Projeto CLDS 5G; Terras de Bouro e Esposende estreitam relações com Foz de Iguaçu; Ultra Trail da Geira percorreu Terras de Bouro; Técnicos de Apoio Informático receberam formação para a Eleição do Parlamento Europeu, no que foi um sucesso com 1300 pessoas a votar em Terras de Bouro graças ao sistema de voto em mobilidade; a câmara municipal prossegue a requalificação de reservatórios de água; o Dia da Liberdade foi comemorado em Terras de Bouro com Homenagem aos Antigos Combatentes; o sucesso da Gerês Cup com o apoio do município; a edição do Livro - Combatentes de Terras de Bouro – Memórias; a ação de divulgação do Julgado de Paz de Terras de Bouro junto do destacamento territorial de Póvoa de Lanhoso; a Sessão "Testemunhos: o antes e o depois do 25 de abril" que decorreu em Terras de Bouro; a Vila do Gerês registou uma enchente na abertura da época Termal 2024; a 5 de maio comemoramos o Dia da Mãe; o Balcão BUPi (Balcão Único do Prédio)que reabriu no dia 6 de maio; em discussão pública até 14 de junho esteve o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Terras de Bouro (PMEPCTB); o Município de Terras de Bouro assinalou o Dia Mundial da Higiene das Mãos – Dia 5 de Maio; o Município de Terras de Bouro associou-se a Campanha "Ao Volante, o Telemóvel pode esperar" promovido pela ANSR; Terras de Bouro acolheu mais uma edição do TransPeneda-Gerês; a Vezeira encheu as ruas da Vila do Gerês e apresentou-se oficialmente como Património Cultural Imaterial; a Atividade do PLPPDCJ de Terras de Bouro a 17 de maio com Sessão de Cinema e Tertúlia; as classificativas em Terras de Bouro e apoio da Câmara Municipal ao RallySpirit 2024 que foi para a estrada no nosso concelho; o Julgado de Paz de Terras de Bouro assinalou o seu 20ºAniversário; o Dia Mundial da Criança foi assinalado em Terras de Bouro; Terras de Bouro recebeu 3ª

Taça de Portugal Enduro BTT; o Reconco Gerês Granfondo em Terras de Bouro com 1100 atletas a percorrer o Parque Nacional no dia 2 de junho; a Vacinação Antirrábica 2024; o Dia Mundial do Ambiente assinalado 5 de junho; a publicação do Aviso de abertura das inscrições para as ATL de verão; o AQUA CÁVADO: o rio que nos une” promoveu ações de sensibilização e educação ambiental no Gerês com a comunidade escolar; Terras de Bouro ganhou 2 galardões na 7.ª edição do Prémios Cinco Estrelas Regiões; o Projeto Bem Envelhecer proporcionou visita a Sobreposta; o Executivo Municipal visitou obras do concelho a 27 de junho. O Executivo Municipal de Terras de Bouro realizou assim um périplo pelas algumas obras que estão em curso ou em fase de conclusão no concelho; a publicação de pedido de utilização de recursos hídricos; o Município de Terras de Bouro comunicou a abertura do procedimento de Hasta Pública para a adjudicação do Direito de Exploração de dois Bares para o evento - Bolsas de Estudo do Ensino Superior de 2024 e comunicou igualmente a abertura do procedimento de Hasta Pública para a adjudicação do Direito de Exploração da Tenda – After Party (Noite Jovem) – Festas concelhias de Terras de Bouro de 2024; a realização da TransCávado BTT-GPS e Caminhadas do TransCávado; os Caminhos de S. Bento da Porta Aberta que foram apresentados em Terras de Bouro; a Cerimónia de entrega de Prémios de Mérito Escolar que decorreu a 14 de junho; a apresentação do Plano de Ação do CLDS 5G; a Coluna Militar do Regimento de Cavalaria nº6 de Braga que passou por Terras de Bouro e que se pode ainda aderir ao Projeto “Agora Sim. Nada se Perde!”. Relativamente a obras/empreitadas em curso, o Senhor Presidente referiu- se ainda à requalificação da E.M. 536 – 1.ª fase (Moimenta / Ribeira executada em cerca de 70%). Por último, neste ponto, o Senhor Presidente informou que, à data, o saldo em operações orçamentais era de 873.669,46 € euros e no campo da despesa o valor era de 7.291.210,60 € euros. -----

----- Sobre este ponto inicial da ordem de trabalhos, nenhum dos membros da assembleia municipal solicitou a palavra. -----

----- Posteriormente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o segundo ponto e passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou e fundamentou que os municípios tem como missão a promoção da salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, nos termos do art.º 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2073, de 72 de setembro, dispendo de atribuições nos diversos domínios, nomeadamente na saúde e na ação social, conforme o disposto nas alínea g) e h), do mn.º 2, do referido artigo. Num esforço conjunto de construção de uma sociedade assente em saúde e bem-estar das pessoas, especialmente as mais idosas, o Centro de Solidariedade Social de Valdosende

pretende aumentar a capacidade das respetivas instalações na resposta de ERPI. Neste sentido, para atingir aquele desiderato, no Lugar do Assento, da Freguesia de Valdosende, necessita de obter a respetiva licença de construção. Contudo, de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) da Terras de Bouro (1.ª Revisão), publicado na 2.ª Série do Diário da República através do Aviso n.º 11909/2015, de 16 de outubro, alterado pela 1.ª Alteração por adaptação (Declaração n.º 124/2021), publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 175, de 8 de setembro, a ampliação pretendida não será admitida. De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2075, de 14 de maio, os planos territoriais podem ser objeto de suspensão quando se verificarem circunstâncias excecionais que se repercutam no ordenamento do território, pondo em causa a prossecução de interesses públicos relevantes (n.º 4, do art.º 115.º). A suspensão, total ou parcial, de planos municipais é determinada pela Assembleia Municipal, sob proposta da câmara municipal, quando se verificarem circunstâncias excecionais resultantes de alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social local ou de situações de fragilidade ambiental incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas no plano, sendo precedida de parecer da comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente, conforme alínea b) do n.º 1 e n.º 3, ambos do art.º 126º, do RJIGT. A suspensão do PDM implica obrigatoriamente o estabelecimento de medidas preventivas e a abertura de procedimento de elaboração, revisão ou alteração do plano municipal para a área em causa (n.º 7, do art.º 126º, do RJIGT). Assim, no caso concreto proceder-se-á ao estabelecimento de medidas preventivas, sendo desnecessária a abertura de procedimento de elaboração, revisão ou alteração do PDM, uma vez que, se encontra em curso a elaboração da 2.ª revisão. A CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, já emitiu também o seu parecer, que é do conhecimento desta Assembleia Municipal que agora se pronunciará, referiu o Senhor Presidente, que concluiu enaltecendo a capacidade e a coragem do Centro de Solidariedade de Valdosende em assumir uma obra social com um valor tão significativo, de cerca de 2.500.000,00 euros e também, ainda sobre este assunto, o trabalho desenvolvido pelo Vice Presidente do município, Adelino Cunha e pelo responsável da divisão do urbanismo municipal, engenheiro Jerónimo Correia.-----

----- Aberto o período de inscrições, solicitou em primeiro lugar a palavra o senhor Avelino Soares conforme intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra:-----

Ex.mº Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

Ex.mº Senhor Presidente da Câmara-----

Ex.mºs Secretários Dr. Paulo Morgado-----

Ex.m-ª Senhora Vereadora e Vereador-----

Digníssimos membros desta Assembleia, caros colegas.-----

Ex.m^a Comunicação Social-----

Ex.m^o Público Presente-----

Ex.m^o Chefe de Divisão-----

A distinta colega desta bancada do PSD Dr.^a Filipa Moreira, já referiu na sua intervenção, várias ocorrências e iniciativas integradas numa ação contínua e diversificada da vida autárquica e da interação interinstitucional que distingue este Executivo na relação muito próxima que tem mantido e mantém com o poder local, com os munícipes e com os agentes de desenvolvimento concelhio.-----

Resultado desse trabalho conjunto e desse esforço constante, é possível concluir-se que Terras de Bouro está hoje muito melhor.-----

No ponto 2 (dois) da Ordem de Trabalhos é colocada à consideração desta Assembleia a “análise e votação da proposta de suspensão do PDM” na freguesia de Valdosende.-----

Trata-se de “aprovar a suspensão parcial ao Plano Diretor Municipal (PDM) e estabelecimento de medidas preventivas para o lugar do Assento, freguesia de Valdosende”. Este procedimento tem como finalidade acautelar o desenvolvimento do processo e materialização da obra de ampliação das instalações do Centro de Solidariedade Social da Igreja Metodista de Valdosende. Esta obra, que já responde à causa social, com várias valências, pretende ampliar as instalações para aumentar a resposta da valência, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI). Esta intervenção representa um investimento, na ordem dos 2.500.000,00 € (dois milhões e quinhentos mil euros).-----

O Centro de Solidariedade Social de Valdosende, para além de acolher um número significativo de utentes, também é já hoje, uma das entidades que mais postos de trabalho sustenta no nosso Concelho.-----

No ponto 4 (quatro) da Ordem de Trabalhos é posta a consideração desta Assembleia Municipal a autorização para o Executivo contratar um empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de € 1.950.000,00 (um milhão e novecentos e cinquenta mil euros) que se destinam a fazer face aos encargos com as seguintes obras: -----

1- Requalificação da EM 536 Moimenta, Chorense, Ribeira, Balança e Souto, cujos trabalhos executados já representam um encargo municipal de mais de 650.000,00 € (seiscentos e cinquenta mil euros), havendo necessidade de um apoio de 500.000,00 € (quinhentos mil euros) para concluir a 2^a (segunda) e 3^a (terceira) fases das obras, sem betuminoso.-----

2- Estrada do Calvário à Pedreirinha, em Rio Caldo. Inicialmente, esta obra passava unicamente pela sua pavimentação, o que representava um encargo na ordem de

150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros). Entretanto, depois de se analisar no terreno a criação de melhores condições de circulação automóvel, verificou-se que tinham de ser executadas outras intervenções para alargamento da via, respetivos muros de suporte e contenção de terrenos, bem como os acessos e vedações. -----

Nestas circunstâncias, é considerado necessário 1.000.000,00 € (um milhão de euros) para requalificação daquela estrada. -----

3- Estrada 308-1 do Alqueirão à Vila do Gerês - trabalhos a executar: -----

Abertura de rotas no pavimento para completar a rede pública de saneamento (rede em baixa), Até à Ponte de Rio Caldo. -----

Recomposição do pavimento e colocação de betuminoso em toda a extensão da estrada. Estes trabalhos representam um encargo que está calculado em 450.000,00 € (quatrocentos e cinquenta mil euros). -----

É evidente que a bancada do Partido Social Democrata irá votar favoravelmente estas, propostas, mas vai fazê-lo na firme convicção que o Executivo e particularmente o senhor Presidente não toma estas decisões de ânimo leve. Toma estas decisões como tem tomado muitas outras que têm catapultado o nosso concelho para a vanguarda do desenvolvimento. Toma estas decisões para criar melhores respostas para quem cá habita ou pra quem procura a nossa terra. E toma, acima de tudo, estas decisões a pensar nos munícipes, dando-lhes melhores condições de vida e de condições que tornam a nossa terra mais atrativa. -----

Um bem-haja senhor Presidente. -----

----- Fim da transcrição da intervenção do senhor deputado Avelino Soares. -----

----- Ainda sobre este tema pediu, igualmente a palavra a senhor deputada municipal e segunda secretária da Mesa da Assembleia, Elisa Antunes que, depois dos cumprimentos a todos os presentes, fez uma retrospectiva histórica da instituição Centro de Solidariedade Social de Valdosende, nomeadamente, desde a sua fundação, ao aumento e dinamismo de valências e capacidade que foram aumentando ao longo dos anos e de como é fundamental que o projeto, que se pretende agora financiar, seja concretizado pela importância social que a instituição já desempenha. Para além disso, funciona como meio promotor de fixação e incremento de população pelos empregos diretos e indiretos que proporciona. A senhora deputada terminou agradecendo ao Município de Terras de Bouro todo o apoio que tem prestado ao Centro de Solidariedade Social de Valdosende.-----

----- Colocado logo depois à votação, o segundo ponto foi aprovado por unanimidade.-----

----- Neste período, o senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a intervir para prestar informações sobre o Plano de Pormenor do ex. Bairro da EDP, em Paradela e de como isso poderá influir no decorrer das obras de requalificação da antiga Pousada da

EDP, entretanto adquirida por particulares e que representa um investimento superior a 3.000.000,00 de euros.-----

----- Seguidamente, introduziu-se o terceiro ponto e aqui o Senhor Presidente explicou que se apresenta a terceira revisão aos documentos previsionais para o ano de 2024, cujas alterações resultam dos seguintes factos:-----

Inscrição em sede do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) do projeto “Requalificação da Estrada Nacional 308-1 (Desclassificada) Entre Alqueirão e a Vila do Gerês” que se encontra em fase de contratualização de financiamento através do recurso à banca tradicional. Por outro lado, no âmbito do Programa RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de bioresíduos, foi celebrado um contrato que prevê um financiamento de € 11.721,85, que servirão para reforçar o correspondente projeto previsto em PPI. Nestes termos, propõe-se a respetiva aprovação da Assembleia Municipal, concluiu o Senhor Presidente. -----

----- De seguida e como nenhum dos membros da assembleia municipal solicitou a palavra, foi o terceiro ponto colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

----- Sobre o quarto ponto, “Análise e votação da autorização de contratação de empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de € 1.950.000,00” e após a sua introdução pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente informou que o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prevê no artigo 51.º, o financiamento bancário de médio e longo prazos como instrumento para aplicação em investimentos. O RFALEI não fixa limites de endividamento bancário segmentados em curto e em médio e longo prazo, antes fixando, no seu artigo 52.º, um conceito de limite da dívida total, dado pelo conjunto dos passivos, aferidos a 31 de dezembro de cada ano, por confronto com 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. A instrução dos pedidos de autorização de contratação de empréstimo são, nos termos do artigo 49.º do RFALEI, conjugado com o n.º 4, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, obrigatoriamente acompanhadas de demonstração de consulta, e informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada, em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município. Foi dirigida uma consulta a oito instituições de crédito e analisadas as quatro propostas recebidas, conforme relatório de análise de propostas da Divisão Administrativa e Financeira, em anexo esta reunião e do vosso conhecimento acompanhado das respetivas propostas, que se juntam e fazem parte integrante da presente proposta, sumariando-se naquele as

condições fundamentais de contratação apresentadas. O mapa demonstrativo da capacidade de endividamento, a que se referem as disposições legais enunciadas, apresenta a 01/01/2024, uma margem disponível de endividamento de 2.129.804,36 €, calculada nos termos do artigo 52.º do RFALEI. Os investimentos a financiar com a presente operação são: a. Requalificação de Caminho Municipal entre Assento e Corujeira, em Rio Caldo | 2021/II/10 | € 1.000.000; b. Requalificação da Estrada Municipal 536 Choreense – Souto – 2.ª Fase | 2020/II/15 | €500.000; c. Requalificação da Estrada Nacional 308-1 (Desclassificada) Entre Alqueirão e a Vila do Gerês | A inscrever | € 450.000. Foi efetuado o cabimento n.º 1254/2024, relativo ao previsíveis encargos com o empréstimo a contratar. -----

---- Assim, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, do RJAL, proponho:-----

a) que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do RFALEI, considerando que os investimentos a financiar pelo empréstimo ultrapassam 10% das despesas de investimento previstas no orçamento para o ano de 2024 delibere aprovar e submetê-los a discussão e autorização da Assembleia Municipal;-----

b) que, verificada a autorização prevista em a), a Assembleia Municipal autorize, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, a Câmara Municipal a contrair um empréstimo de longo prazo, no montante de 1.950.000,00 €, em conformidade com a consulta efetuada à banca e patenteada no relatório de análise de propostas, para financiamento dos investimentos enunciados;-----

c) Que a Câmara Municipal delibere excluir as propostas do Novo Banco e da Caixa Geral de Depósitos por não cumprirem requisitos previstos no convite, mormente pela inclusão de cláusula “travão”;-----

d) Que a Assembleia Municipal autorize a contratação e a celebração do respetivo contrato de financiamento junto da Caixa de Crédito Agrícola que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme análise da Divisão Administrativa e Financeira para o montante solicitado de 1.950.000,00 €, com spread de 0,260%, sobre a EURIBOR a 6 meses. O Senhor Presidente terminou a sua intervenção frisando que não devemos privar a nossa população de melhorar a sua vida e de ter mais segurança e fluidez nas suas deslocações diárias, pois é disso que se trata. -----

---- Com intervenções requeridas dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Rio Caldo e Vilar da Veiga, assumiu então a palavra em primeiro lugar o senhor Jacob Alves.-----

---- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio Caldo e já depois dos cumprimentos a todos os presentes, deu os parabéns ao Executivo Municipal pela grande obra viária que se irá fazer na sua freguesia, que a juntar a outros investimentos,

irá ultrapassar o valor de um milhão de euros. A via em causa, como todos sabem, regista uma enorme movimentação e precisa, realmente, de uma requalificação de monta, sublinhando a importância desta obra para Rio Caldo. -----

----- Logo a seguir, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, António Príncipe, assumiu a palavra, cumprimentando todos os presentes e de imediato elogiou as obras realizadas na sua freguesia, algumas delas com ajustes realmente importantes. Demonstrou toda a sua satisfação com as intervenções na rede viária de Vilar da Veiga, concluindo desta forma a sua intervenção.-----

----- Ainda sobre o quarto ponto, o Senhor Presidente voltou a intervir para agradecer as duas últimas intervenções e ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio Caldo pelo empenho do projeto rodoviário em questão.-----

----- Logo a seguir, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o quarto ponto à votação e este foi aprovado por unanimidade.-----

----- Posteriormente e após a introdução forma do quinto ponto, o Senhor Presidente afirmou que o Auditório Dr. Emídio Ribeiro, cuja denominação resultou de uma ilustre homenagem a este geresiano, que teve lugar no dia 20 de outubro de 2010, no âmbito das comemorações do Dia do Município, localiza-se no edifício do Centro de Animação Turística, em pleno coração da Vila do Gerês. Trata-se de um equipamento municipal que se reveste de enorme utilidade, quer pela sua localização privilegiada, quer para a dinamização de atividades municipais e privadas com relevantes interesses para a população local. Este espaço dá um grande input para o desenvolvimento da Vila do Gerês, por se tratar de um espaço dinâmico, agregador e polivalente de promoção e divulgação de atividades culturais no nosso concelho, na área do cinema, teatro, música, dança, leituras ou recitais poéticos, conferências, workshops, debates e colóquios sobre temas científicos e exposições. É apanágio deste Município explorar, ao máximo, as potencialidades das infraestruturas municipais, dotando-as de uso contínuo e consciente, pelo que se pretende que a sua utilização não se resuma somente às ações promovidas pela Câmara Municipal de Terras de Bouro, mas criar condições para que outros eventos levados a cabo por entidades terceiras, também ali possam ser realizados e venham a contribuir para a dinamização cultural do concelho de Terras de Bouro. Posto isto, considerando que estamos perante um equipamento municipal, cujas potencialidades se pretendem maximizar, foi necessário criar um documento que regule as normas de funcionamento, utilização e eventuais cedências daquele espaço e que hoje aqui se apresenta para votação.-----

----- Sem intervenções, o quinto ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade.-----

----- Sobre os dois últimos pontos da ordem de trabalhos e dado o seu teor, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu-se aos dois funcionários municipais, precocemente falecidos, agradeceu o seu empenho e dedicação e de como lamentou profundamente esta perda, dirigindo uma especial palavra aos familiares.-----

----- Após a introdução do sexto ponto, a senhora Segunda Secretária da Mesa, Elisa Antunes procedeu à leitura do Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Abílio António Pereira Gonçalves de Brito que, sem mais intervenções foi colocado à votação e aprovado por unanimidade, sendo do mesmo consignado um Minuto de Silêncio como forma de Homenagem. -----

----- Seguiu-se igual procedimento para o sétimo e último ponto da ordem de trabalhos, procedendo a senhora Segunda Secretária da Mesa, Elisa Antunes à leitura do Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Francisco José Fernandes e Cunha que, sem mais intervenções foi igualmente colocado à votação e aprovado por unanimidade, sendo do mesmo consignado um Minuto de Silêncio como forma de Homenagem. -----

----- Findo este período, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, fechando logo após os trabalhos pelas vinte e duas e trinta minutos. Da mesma se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



O Secretário da Assembleia Municipal



